

## A IDEOLOGIA DE RAÇA E A RAÇA DA IDEOLOGIA

*Gileade Godoi (CEFET-RJ/Unicamp)*

As últimas pesquisas genéticas acirraram uma discussão que há muito vinha permeando a sociedade brasileira: a questão do preconceito racial e das políticas públicas de reparação aos danos históricos causados aos negros. As recentes pesquisas do Projeto Genográfico, promovido em parceria da National Geographic com a IBM, que indicaram um grande percentual de gens europeus em negros como Neguinho da Beija-flor (67%) e Daiane dos Santos (40%), ganharam destaque na mídia e vieram servir como base de argumento para aqueles que se posicionam contra as políticas públicas anteriormente referidas, causando reação imediata dos movimentos negros contra essa nova postura.

Abordaremos, embasados nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso francesa – Pêcheux (1969) – as questões ideológicas que atravessam os discursos sobre negros, pardos, negros da elite, brancos da elite, noção de raça e cotas. Discutiremos as formações discursivas em que se inscrevem tais discursos, suas implicações e os silenciamentos que atuam como arma nessa disputa política e ideológica que envolve história e atualidade, poder e luta.

Para isso, cabe retomar aqui, ainda que superficialmente, como o critério de raça era utilizado no século XIX e como se desenvolveu até nossos dias, a fim de entendermos as questões ideológicas que estão postas. À época, os europeus eram considerados superiores, enquanto negros, indianos e indígenas eram considerados povos de raça inferior, cuja capacidade intelectual era posta em cheque (Chaves, 2003). Consequentemente, tal concepção justificava sem reservas a exploração da população negra e sua manutenção como mão-de-obra escrava e, mais tarde, no período pós lei Áurea, justificou certamente o fato de os ex-escravos ficarem à margem dos direitos sociais. No Brasil, isto se refletiu nos estudos de psicologia das massas de Nina Rodrigues, que, segundo Chaves (2003), aplicou os paradigmas evolucionistas à sociedade baiana, atribuindo seu retrocesso no final do séc. XIX à predominância de negros e mestiços na região. Considerou, ainda, que estes últimos, chamados também de

## VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, SOCIOLINGUÍSTICA E DIALETOLOGIA

pardos, não constituíam uma raça, por serem “produto da fusão das raças negra, indígena e branca”, classificando-os como inferiores, devido a seus “ancestrais selvagens”: os negros e índios.

A questão da raça inscrevia-se, portanto, em uma formação ideológica que concebia a supremacia de uma raça sobre as demais. Formação ideológica, segundo Pêcheux (1975), caracteriza

Um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras. (Apud Gadet e Hak, 1993, p. 166)

Ainda segundo Pêcheux, as formações ideológicas

Comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias **formações discursivas** interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura’, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. (Apud Gadet e Hak, 1993, p. 166)

O movimento negro fez surgir uma **formação discursiva** (FD) divergente, que se posicionava contra a pecha de inferioridade da raça negra e que cobrava dos governantes e, conseqüentemente, da elite branca, posturas de inclusão e reparação social. Raça, assim, além de evocar, na formação discursiva dominante, a inferioridade dos negros, passou a associar-se à ideia de reparação de injustiças. E assim, tal conceito passou a incomodar. Não era mais possível referir-se aos negros sem pôr em cheque atitudes históricas das elites brancas que os escravizaram, exploraram e os abandonaram após a abolição, levando-os da condição de mercadoria à de indigentes.

No auge dessas discussões, com a criação das cotas em várias universidades públicas do país, protestos foram levantados contra a proclamada injustiça de abrir acesso à universidade aos negros e pardos à custa da diminuição de vagas oferecidas aos filhos da elite, oriundos, em sua maioria, de escolas privadas que investem na preparação de seu alunado para o vestibular. Certamente, nesses levantes, não se lembrava o fato de os alunos oriundos de escolas públicas estaduais e municipais, cuja formação está muito aquém do que é co-

brado no vestibular, não terem o mesmo preparo e estarem, portanto, em desvantagem na busca de uma vaga nas universidades públicas. Assim, a igualdade de concorrência evocada contra as cotas é apenas uma construção discursiva, pois não existe de fato.

Mais uma vez, a ciência serve como baluarte de uma causa: se não há raça, não se justificam políticas raciais. O sentido que raça evoca, então, passa a ser outro. Fora da espécie humana. Já não se a-trela à inferioridade de um povo, e exige de responsabilidade quem desse conceito se serviu em outra época para subjugar. Inscreve-se todo o sofrimento de um povo em um silêncio ainda mais cruel. Orlandi (1993) afirma que onde há silêncio, há o outro sentido. E na questão que analisamos, é importante ressaltar que há

...uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer 'uma coisa', para não deixar dizer 'outras'. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Esta é sua dimensão política. (Orlandi, 1993, p. 55)

Silenciar a noção de raça na espécie humana, aqui, visava a calar quaisquer reivindicações que dela fizesse uso. É para isto que chama a atenção a pesquisadora Sueli Carneiro (2007), quando reproduz a fala de Sergio Danilo Pena (do grupo de pesquisas genéticas da UFMG, ligado ao Projeto Genográfico) que dizia não existir “base objetiva para a introdução de cotas raciais nas universidades públicas”. Esse é o efeito de isenção gerado por tais pesquisas. Nota-se não haver, por parte do movimento negro, uma negação das descobertas genéticas, mas sim do “uso político” de tais descobertas. Segundo a pesquisadora,

A contribuição fundamental desses estudos genéticos é a demonstração da ilegitimidade científica das teses racistas e das práticas discriminatórias que elas geram. (...) Portanto era de se esperar que a reação que eles deveriam provocar seria uma condenação enfática das práticas racistas que produziram e permanecem produzindo violências e exclusões ao longo de nossa história. Desse reconhecimento adviria, como consequência ética obrigatória, a defesa de reparação dos males provocados. Ao contrário, as conclusões do estudo são utilizadas para negar uma dessas possibilidades, a adoção de cotas pra negros no nível universitário

Observamos na fala do Dr. Pena, reproduzida por Carneiro, que a mudança da noção de raça introduz, de fato, um silenciamento. Um silenciamento de ações passadas e presentes. Presentes, porque descarta uma forma de inserção do negro em um nível ao qual ele

## VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, SOCIOLINGUÍSTICA E DIALETOLOGIA

quase não tem acesso; e passadas porque, simultaneamente, ao silenciar tais possibilidades de ações presentes, ignora-se o passado, com todos os males que a noção científica de raça sustentou e que, hoje, a mesma ciência contesta. Diz-se da não existência de raça, para não dizer da reparação. É esta a dimensão política do silêncio de que fala Orlandi.

Althusser (1974) postula que todo indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Assim, todos somos assujeitados ideologicamente. O que significa dizer que todos somos atravessados por diversas ideologias as quais muitas vezes sequer suspeitamos. Isso faz com que reproduzamos, ainda que com deslocamentos, comportamentos e dizeres carregados de sentidos que pensamos serem muito nossos, mas que não o são. Muitas vezes são parte do discurso da ideologia dominante. E justamente porque “não existe discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia”, tudo o que dizemos está inscrito em alguma formação discursiva. Compreender esse assujeitamento ideológico é fundamental para discorrermos sobre a crítica que Cláudio Reis (2004) faz ao que Florestan Fernandes chamou de “novos negros”.

Os “novos negros” são aqueles que, vencendo a barreira do preconceito e da miséria, alcançaram um nível de vida privilegiado (segundo Reis isso se deu a partir da década de 40). Esses negros já têm filhos e até netos nascidos nessa nova condição. Cláudio Reis defende que eles também devem ser combatidos junto com a elite branca, visto que, após alcançar “o conforto da vida burguesa, eles passaram a rejeitar e satanizar o movimento negro perante a sociedade”. Como entender essa postura, criticada pelo autor?

O que se observa no comportamento discursivo desses “novos negros” é fruto do assujeitamento ideológico de que fala Althusser. Ser da elite sempre significou, na sociedade brasileira, ser branco. E ser branco significava inscrever-se em uma formação discursiva específica. Não podemos esquecer o já mencionado conceito de FD: “o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura”. Em outras palavras, não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa, de qualquer lugar.

Orlandi (1999) diferencia lugar de sujeito e posição de sujeito, pois o lugar é algo factual. Um negro é negro e ocupa, na socie-

dade o lugar de negro. Assim como o padre, o professor, o operário. Todos ocupam um lugar social visível. A posição-sujeito, diferentemente, é discursiva, ideológica. Pode ou não corresponder ao lugar que o sujeito ocupa. Assim é que, espera-se que um padre, do lugar de padre, seja um defensor do celibato, por exemplo, pois esse é o discurso característico deste lugar e desta posição. Mas se um padre é favorável ao matrimônio para os sacerdotes, ele continua falando do lugar de padre, mas não da posição-sujeito padre.

Toda posição-sujeito terá sempre um vínculo ideológico e permitirá percebermos se corresponde ou não ao mesmo lugar de sujeito. Um negro operário e um negro da elite não ocupam, normalmente, a mesma posição-sujeito, pois a ideologia dominante atua fortemente na constituição desse indivíduo que passa a ocupar uma nova posição na sociedade. Esse “novo negro” não se vê tal qual os outros. E é silenciado. Ele não pode e não deve, de sua posição-sujeito (ou nova posição-sujeito) negro de elite, dizer (significar) o mesmo que um negro operário. É obrigado a não dizer, reproduzindo um discurso sempre presente e já constitutivo de muitos, o discurso dominante, muitas vezes identificado na frase “quem trabalha vence na vida”, ratificando, assim, o mito da indolência de uma raça.

Interessante a observação de Reis quando diz que os negros da elite não conseguem ver-se como de fato são vistos pelos brancos. Desdobrando essa afirmação, poderíamos dizer que um negro de elite vê-se igual a um branco, mas que nem sempre o branco de elite o vê como um igual. Porque por outro lado, gerações e gerações de brancos foram criados vendo o negro como subalterno e inferior. E assim, também assujeitados ideologicamente, esses brancos não vêem, de fato, todos da elite do mesmo modo, desconsiderando sua cor de pele.

Importa lembrar que as posições-sujeito são intercambiáveis, o que significa que nenhum sujeito está irremediavelmente preso a ela. Assim, um “novo negro” não está condenado a reproduzir a ideologia de uma elite branca que depõe contra outros negros, ainda operários. Nem um indivíduo branco a ver indefinidamente os negros como seres inferiores.

A década de 40 já vai longe e, de lá para cá, embora numa porcentagem ínfima, o negro tem galgado posições nunca antes al-

## **VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, SOCIOLINGUÍSTICA E DIALETOLOGIA**

cançadas e ganhado espaço na mídia em carreiras antes dominadas pelos brancos. Acresça-se a isto a força que a luta do movimento negro alcançou, em um processo de reivindicação de direitos de reparação, de conscientização, de afirmação e valorização da autoestima, da beleza e da cultura negras. Tudo isto tornou impossível ignorar a força e a presença negra no país. Mas uma outra questão se impõe, dividindo tanto negros quanto brancos: a miscigenação.

O crescimento da miscigenação gerou o avultamento de uma população de mestiços que levou ao surgimento de formações discursivas que, de um lado, colocavam os mestiços no grupo dos negros e que, de outro, não os reconhecia como pertencendo a essa raça. A miscigenação também tem polarizado a discussão entre aqueles que acreditam que esta é a saída para a democracia racial e os que disto duvidam.

O grande foco das discussões sobre o tema recai na miscigenação onde o negro entra como contribuinte genético, gerando mulattos e cafuzos que, em sucessivas miscigenações, acabaram por deixar como herança um grupo enorme de pardos cuja ascendência tem sido ultimamente ignorada. Em decorrência disto, tem recaído sobre o IBGE, críticas pelo fato de, no censo de 1991, ter alocado os pardos no grupo de negros, aumentando assim, nas estatísticas, a população de negros no país. Gusmão protesta, afirmando justamente que “Aí está a chave da distorção: o número de brancos diminuiu e o de negros cresceu mediante a inclusão dos pardos” e chega a taxar de quimera esse aumento. Importa perguntar de que FD surgem tais críticas. É necessário compreender o que esse dizer silencia. Em um momento histórico em que grandes universidades públicas têm adotado o sistema de cota racial para alunos oriundos de escolas públicas, subir o número de negros de 5,01% para quase 50% ao acrescentarem-se os 42,6% de pardos implicaria um processo muito mais oneroso de reparação e justificaria um sistema de cotas com reservas maiores para essa população, aumentando, assim, a “perda” da elite na disputa por uma vaga nas universidades públicas do país.

Não se pode, pois, ignorar as FDs nas quais os discursos estão inscritos. Separar pardos e negros significa inscrever-se na ideologia dominante, que insiste em negar quaisquer atitudes que visem a facilitar uma inserção mais justa do negro na sociedade. O discurso da

separação faz parte de uma política de silenciamento (Orlandi, 1993) que “se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (Orlandi, 1993). Apagando-se a concepção de pardos como sendo também negros, o que se silencia é o direito a que eles fariam jus em uma situação de reparação. Incluir os pardos no grupo dos negros, não significa fundamentalmente negar a participação branca na composição genética ou cultural do indivíduo, mas lembrar-lhe de que, para o branco, no trato social, o pardo não é um deles. Porque a fenotipia dos pardos remete mais à sua ascendência negra, ainda que não direta (pai e mãe) que à sua ascendência branca.

É preciso remarcar que raramente um pardo é fruto da união de um negro com um branco da elite. Por isso ele está maciçamente presente nos mesmos bolsões de miséria que aqueles que têm sido aceitos como negros de fato pela elite da atualidade. Sueli Carneiro, em seu artigo *Ideologia tortuosa*, utilizando dados do IPEA, afirma que dos 55 milhões de pobres, 65% são negros, e que eles somam 70% dos 22 milhões de indigentes. Nesses números estão incluídos os pardos, vítimas, também, dos mesmos preconceitos raciais que os negros. Vítimas das mesmas exclusões. Não considerar os pardos como negros seria calar os preconceitos sofridos. Seria negar a realidade de segregação social. Seria considerar que o olhar dos brancos para os brancos sempre foi o mesmo que o olhar dos brancos para os pardos. Seria negar-lhes os mesmos direitos por que lutam os negros há décadas, embora tenham sofrido os mesmos preconceito e privações.

Claramente observamos que os discursos dos dois grandes grupos envolvidos nessa disputa ideológica do conceito de raça refletem duas formações discursivas distintas. Pode-se observar que a noção de raça sofreu um deslocamento, saindo de um contexto de legitimação da exploração e desmerecimento do negro, para um contexto de isenção de responsabilidade das elites brancas quanto ao *status quo* do negro na sociedade. Pretender esquecer o que se passou e nada fazer a respeito seria a saída mais cômoda, pois não afetaria os privilégios da elite.

Um argumento muito utilizado por aqueles que se posicionam contra o sistema de cota nas universidades é o de que isto seria desmerecer os negros, considerando-os incapazes de conseguir, sem pri-

## **VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, SOCIOLINGUÍSTICA E DIALETOLOGIA**

vilégios, os que os brancos conseguem por seu próprio mérito. Seria diminuí-los perante a sociedade, reforçando assim o preconceito e o racismo. Parece um argumento muito lógico e convincente, reproduzido, inclusive, por vários pardos e negros em entrevistas a jornais, revistas e televisão. Mais uma vez devemos nos lembrar de que somos sujeitos, e que como tal, tudo que dizemos é ideológico.

O que não se diz quando se utiliza o argumento citado é que a maioria dos negros (aqui incluídos os pardos, como já dissemos) são oriundos de escolas públicas e que tem conteúdo defasado em relação à maioria branca, geralmente de elite, formada em excelentes escolas privadas. Nesse caso, não seriam os brancos que estariam sendo desmerecidos ao se afirmar a igualdade de condições nesses termos? Eles precisariam de uma escola melhor que a dos negros para conseguir competir em igualdade de condições? Como tal explicação jamais seria aceita - e não se pretende aqui que o seja - evidencia-se um discurso que visa à manutenção dos privilégios da elite e à permanência de pardos e negros nas mesmas condições sociais menos favorecidas, visto que, em uma disputa em que brancos já chegam em vantagem, não há competição de fato, se não entre pares. E mais uma vez se constata o assujeitamento de muitos à ideologia dominante.

Para além da discussão de raça, hoje, na espécie humana, o que se pretende é que o discurso científico não sirva de embasamento para a omissão em restituir o que esse mesmo discurso científico promoveu quando classificou os negros de mentalmente inferiores permitindo assim sua exploração e abandono. Mais que discutir as composições genéticas de pardos e negar-lhes identidade, importa revelar o olhar que a elite branca sempre teve para eles, e que a herança que lhes coube foi a mesma miséria e discriminação de seus antepassados negros. Mais que combater os negros que alcançaram posições de prestígio e deixaram de se solidarizar com aqueles que permaneciam em condições sociais inaceitáveis, convém lembrar o assujeitamento ideológico e as posições-sujeito, afim de nos perguntarmos sempre o que determinado discurso cala, para que assim não sejamos meros reprodutores das ideologias veiculadas pelas formações discursivas dominantes, pois só assim será possível dar um passo à frente e, rompendo barreiras e preconceitos, lançarmos um novo

olhar sobre o outro, propiciando, assim, um novo olhar sobre nós mesmos.

#### BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

CARNEIRO, Sueli. *Ideologia tortuosa*. Disponível em [http://carosamigos.terra.com.br/da\\_revista/educoes/ed64/sueli.asp](http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/educoes/ed64/sueli.asp)

———. *De novo a raça*. Disponível em <http://espacoacademico.com.br/021/21ccarneiro.htm>.

CHAVES, Evenice, S. *Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massa nos primórdios da psicologia social brasileira*. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722003000200004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000200004&lng=pt&nrm=iso)

GADET, F. & HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1993.

GUSMÃO, Sergio B. *Nem branco nem preto*. Disponível em: <http://sergiobg.sites.uol.com.br/pardos.html>

ORLANDI, Eni. P. *As formas do silêncio – no movimento dos sentidos*. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1993.

REIS, Cláudio. *Movimento negro e a relação classe/raça*. Disponível em <http://espacoacademico.com.br>